

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 24/2023

AUTOR: Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**

ASSUNTO: Dispõe sobre reserva de assentos em salas de projeções, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado **JORGE FREDERICO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

I – RELATÓRIO

Vem a esta Comissão para exame e parecer o Projeto de Lei nº 24/2023, de autoria do Deputado **PROFESSOR JÚNIOR GEO**, que “Dispõe sobre reserva sobre reserva de assentos em salas de projeções, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Tocantins”.

Afirma o Autor que a necessidade de tal regulamentação se justificaria por si só, eis que é notória a falta de assentos adequados para as pessoas as quais ficam impossibilitadas de se locomoverem utilizando o transporte coletivo, bem como assistirem espetáculos culturais em função da não adaptação aos assentos comuns oferecidos para a população em geral.

Compete a esta Comissão se pronunciar sobre a admissibilidade e mérito da proposição, considerando seus aspectos constitucional, legal, regimental, redacional, de técnica legislativa e registros públicos, de acordo com as determinações do art. 46, inciso I, alínea “a”, combinado com o inciso I, do artigo 73, do Regimento Interno.

II - DO VOTO

A legislação federal já estabelece a prioridade de pessoas com mobilidade reduzida quanto ao acesso a serviços, como a Lei nº 10.048/2000, que, entre outras providências, estabelece a reserva de assento por empresas de

transporte e por concessionárias de transporte coletivo, e a Lei nº 10.098/2000, que determina normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em, por exemplo, edifícios de uso coletivo ou privado.

Não há inconstitucionalidade formal, tendo em vista que a política de inclusão adotada se enquadra na competência concorrente dos Estados, da União e dos Municípios para promover acesso à cultura, esporte e lazer (arts. 6º; 23, V; 24, IX; 215 e 217, § 3º, CF).

Não há inconstitucionalidade material, tendo em vista que a reserva de lugares foi estabelecida em percentual razoável e se trata de política inclusiva que não afronta a liberdade de iniciativa, principalmente se considerada a eficácia horizontal dos direitos fundamentais.

Em uma Lei similar a esse Projeto de Lei, o Supremo Tribunal Federal, por unanimidade, conheceu da ação direta e julgou-a improcedente, de forma a reputar constitucional a reserva de assentos em transportes coletivos e em salas de projeções, teatros e espaços culturais no Estado do Paraná, nas proporções de 02 assentos e 03% dos assentos, respectivamente, nos termos do voto do Relator, Plenário, Sessão Virtual de 14.10.2022 a 21.10.2022 (**ADI 2.572**).

Assim, a presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis. No entanto, proponho emenda modificativa para aperfeiçoar a redação e emenda supressiva para não dar vício de inconstitucionalidade.

Ante o exposto, conclui-se que a presente propositura encontra-se de acordo com a ordem constitucional e legal, atendendo às normas regimentais desta Casa de Leis, pelo que, **VOTO** pela **APROVAÇÃO** do Projeto de Lei nº **24/2023**, com Emendas Modificativa e Supressiva em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, 21 de março de 2023.



Deputado **JORGE FREDERICO**

Relator

PROJETO DE LEI Nº24/2023

Dispõe sobre reserva de assentos em salas de projeções, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Tocantins.

EMENDA MODIFICATIVA

Dê-se aos arts. 2º e 4º e 6º do Projeto de Lei nº 24/2023 a seguinte redação:

“Art. 2º As empresas concessionárias de transporte coletivo municipal e intermunicipal com sede no Estado do Tocantins, deverão reservar no mínimo 02 (dois) lugares em veículo, para atendimento do disposto nesta lei.

Art. 4º Os responsáveis pelas obrigações impostas por esta Lei terão o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, para se adequarem às normas aqui estabelecidas, sob pena da aplicação das sanções previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 21 de março de 2023.



Deputado **JORGE FREDERICO**

Relator

PROJETO DE LEI Nº24/2023

Dispõe sobre reserva de assentos em salas de projeções, teatros, espaços culturais e transporte coletivo no Estado do Tocantins.

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o art. 5º do Projeto de Lei nº 24/2023, renumerando o artigo seguinte.

Sala das Comissões, em 21 de março de 2023.



Deputado **JORGE FREDERICO**



Relator



**ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO**

DESPACHO

Aprovado o Parecer do(a) Relator(a)
Deputado(a) Jorge Frederico, referente
ao(a) Ph nº 24 / 2023, na Reunião da Comissão de
Constituição, Justiça e Redação.

Encaminhe-se(a)(ao) Comissão Administrativa Especial
para o parecer.

Sala das Comissões, 11 de abr. de 2023

Deputado **NILTON FRANCO**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação

MEMBROS EFETIVOS

Dep. **PROF. JÚNIOR GEO**

Dep. **JORGE FREDERICO**

Dep. **ALDAIR COSTA GIPÃO**

Dep. **CLAUDIA LELIS**

MEMBROS SUPLENTES

Dep. **GUTIERRES TORQUATO**

Dep. **MOISEMAR MARINHO**

Dep. **CLEITON CARDOSO**

Dep. **VALDEMAR JÚNIOR**

Dep. **VANDA MONTEIRO**